

# Não convém empregar as Forças Armadas no controle de protestos

As polícias estaduais acumularam experiência e estão preparadas para enfrentar manifestações. O uso das FFAA poderá gerar tragédias, como no Equador e no Chile

Na semana passada, o governo enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei que amplia as situações de excludente de ilicitude nas Operações de Garantia de Lei e Ordem. É o primeiro de um pacote de quatro medidas que visam dar segurança jurídica às tropas.

Como Alberto Kopittke escreveu neste *Fonte Segura*, o pano de fundo é o controle de manifestações políticas. Há um temor de que as manifestações de rua verificadas no Chile, Colômbia, Bolívia e Equador se espalhem pela região e alcancem o Brasil.

Entretanto, chama atenção o fato de o projeto ter sido elaborado pela área da Defesa e não de Segurança Pública. Fica a impressão que o governo está pensando em empregar diretamente as Forças Armadas para conter os protestos, contrariando todo o planejamento e doutrina utilizados há décadas no Brasil.

Controlar estas novas formas de manifestação é um desafio para o setor de segurança pública. Elas não são promovidas por centrais sindicais ou movimentos estudantis. Não possuem comando centralizado ou pauta unificada de reivindicações. Ao contrário, há uma heterogeneidade de grupos que possuem em comum apenas um grande sentimento de indignação e frustração com a condução da vida política.

Em geral, os protestos são convocados pelas mídias sociais contra medidas políticas concretas: aumento de passagens, diminuição de crédito estudantil e suspensão de programas sociais. Mas o que catalisa as manifestações é a reação exacerbada das forças de segurança. As imagens de violência policial viralizam nas redes sociais, aumentando o alcance e a intensidade das manifestações.

Na verdade, o Brasil já vivenciou este cenário em 2013. A reação violenta da Polícia Militar de São Paulo contra uma manifestação do Movimento do Passe Livre desencadeou uma onda de protesto pelo país. Pegas de surpresa, as polícias tiveram muita dificuldade de conter as manifestações. As Forças Armadas não foram acionadas. Ficaram de sobreaviso nos quartéis para serem empregadas, se fosse o caso, como forças auxiliares das polícias.

Passadas as manifestações, as polícias iniciaram uma série de debates e avaliações para aprender como lidar com estes eventos. Elas buscaram experiências internacionais e firmaram acordos com organizações da sociedade civil. A expectativa é que tenham reavaliado seus procedimentos e doutrina.

As Forças Armadas, que não foram empregadas na época, nada aprenderam com os protestos de 2013. Não houve acúmulo de conhecimento e tampouco elaboração de doutrina adequada. Portanto, não há motivo para que o Ministério da Defesa tome a frente neste assunto.

Ao contrário, a atuação das Forças Armadas pode agravar este tipo de situação. Foi o que aconteceu no Chile onde, segundo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, morreram 22 pessoas e outras 2200 ficaram feridas. O Equador também empregou o Exército para conter os protestos, cujo saldo foram 7 mortos e 1340 feridos. Portanto, há motivos de sobra para manter as Forças Armadas nos quartéis, caso estas manifestações se repitam no Brasil.

---

<https://backup.forumseguranca.org.br/editorial/template-1-editorial-utgfh-akq4x-pn5ao>

